

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.588.398 - CE (2016/0055991-9)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
AGRAVANTE : INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS
RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
AGRAVADO : EDINA COSTA MOURA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de Agravo Interno, interposto pelo INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, contra decisão de minha lavra que, com fundamento no art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ, conheceu em parte do Recurso Especial, e, nesta parte, negou-lhe provimento (fls. 580/582e).

Inconformada, sustenta a parte agravante que:

"No que tange ao desprovimento do recurso na parte abaixo transcrita, o IBAMA se conforma com o decisum agravado, ante o óbice da Súmula 7-STJ:

Desse modo, a modificação das conclusões do acórdão recorrido, no sentido de que: a) a sentença proferiu julgamento **extra petita**, pois, na inicial, o Ministério Público não formulou pedido de demolição do imóvel; b) 'ao tempo da construção do imóvel, a área em questão não era de preservação ambiental'; c) 'o autor não se desincumbiu de demonstrar a ocorrência efetiva do alegado dano ambiental', implicaria necessariamente o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado, em sede de Recurso Especial, pelo óbice enunciado na Súmula 7/STJ.

Relativamente à ofensa ao artigo 535 do CPC no apelo especial, entende o IBAMA pela viabilidade do recurso.

(...)

A r. decisão ora agravada concluiu, no que tange ao artigo 535 (atual 1022) do CPC, que não houve omissão, vez que foram fundamentadamente analisadas todas as questões necessárias à solução da controvérsia, não havendo ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional.

(...)

Contudo, ao contrário do afirmado pela r. decisão ora agravada, é patente a ofensa ao artigo 535 (atual 1.022) do CPC/73 na espécie.

A apelação foi julgada, fundamentando-se no sentido de que houve julgamento *extra petita*, pois o Ministério Público supostamente não teria formulado pedido de demolição do imóvel na inicial, e de que

não seria área de preservação ambiental e, por fim, de que não haveria prova do dano.

Eis os termos do julgamento da apelação:

Inicialmente, observa-se que a sentença proferiu julgamento extra petita. Na inicial, o Ministério Público não formulou pedido de demolição do imóvel. O que foi requerido foi a condenação da ré ao pagamento de indenização por supostos danos ambientais decorrentes de pretensa construção de imóvel em área de preservação ambiental. O MM. Juízo *a quo* indeferiu o pedido de indenização, mas, consoante dito acima, condenou a ré a promover a demolição do imóvel e a remover os materiais, - A sentença, é, portanto, nula nessa parte. Por seu turno, a condenação da apelante ao pagamento de indenização é incabível, dado que, ao tempo da construção do imóvel, a área em questão não era de preservação ambiental. A apelante afirma que construiu o imóvel há mais de trinta anos, e o Ministério Público não refuta essa afirmação. Ademais, como bem ressaltado na sentença, o autor não se desincumbiu de demonstrar a ocorrência efetiva do alegado dano ambiental. Pelo exposto, DE OFÍCIO, ANULO PARCIALMENTE A SENTENÇA, e NEGO PROVIMENTO À REMESSA OFICIAL

Ocorre que o IBAMA corretamente sustentou, em sede de embargos declaratórios, que se trata efetivamente de área de preservação permanente, que realmente houve o pedido expresso de demolição da obra na inicial da ação civil pública pelo *parquet*.

(...)

Portanto, seria imprescindível a análise da causa à luz dos apontamentos dos embargos declaratórios, com explicitação das razões pelas quais não seriam aplicáveis ao caso dos autos. Como pode haver pedido na inicial de demolição e o acórdão restar em vício? Como pode restar dúvidas sobre ser a área de preservação permanente (nem houve contestação)?

Assim, tais questões deveriam sim ter sido efetivamente solucionadas pelo acórdão que julgou os embargos declaratórios, vez a relevância para o deslinde da causa.

(...)

Sobretudo, o recurso especial está devidamente fundamentado quanto à ofensa ao citado artigo, porquanto expõe de forma clara e objetiva a questão objeto da omissão, contradição, obscuridade por parte do acórdão recorrido.

Com efeito, as razões recursais aduzem que o eg. Tribunal de origem não apreciou as teses e vícios invocados pelo IBAMA, em especial quanto à APP e ao pedido expressa da inicial de demolição da obra.

Logo, o eg. Tribunal Regional, quando do julgamento dos recursos, não poderia omitir-se sobre relevante argumento para a solução da demanda, pois incabível falar em julgamento *extra petita* ou de que não era área de preservação ambiental. Entretanto, permaneceu silente sobre tema capaz de alterar o resultado do julgamento.

(...)

Portanto, no que concerne à alegação de ofensa ao artigo 535 (atual 1.022 do CPC), o recurso especial está devidamente fundamentado, pois expõe qual questão de direito não foi abordada no acórdão proferido em sede de embargos de declaração, as contradições e obscuridades, de modo que há patente vício no acórdão recorrido.

Por fim, merece ressaltar a patente afronta ao artigo 535 (1022) do CPC na espécie. Isso porque, o TRF da permaneceu silente, mesmo após o Ibama ter devidamente apontado, em seus embargos declaratórios, a existência de omissão, obscuridade e contradição, em especial ao fundamento de que a área não era de preservação permanente e sobre a existência de julgamento *extra petita*" (fls. 593/597e).

Por fim, requer "o Ibama seja reconsiderada monocraticamente a decisão agravada para que seja conhecido e provido o recurso especial pela ofensa ao artigo 535 (atual 1022 do CPC), determinando-se o retorno dos autos ao Tribunal de origem para novo julgamento dos embargos declaratórios" (fl. 597e).

Nas razões de impugnação, a parte agravada pugna pelo não conhecimento ou não provimento do Agravo interno (fls. 603/605e).

Tendo em vista a relevância dos argumentos esposados pelo agravante, reconsidero a decisão de fls. 580/582e.

Passo, novamente, ao exame do Recurso Especial, no que diz respeito à alegada negativa de prestação jurisdicional pelo Tribunal de origem, tendo em vista que a parte agravante manifestou, expressamente, conformidade com a incidência da Súmula 7/STJ (fl. 593e), no tocante aos demais pontos.

Trata-se de Recurso Especial, interposto pelo INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, em 16/12/2015, com base na alínea **a** do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AMBIENTAL. IMÓVEL PRETENSAMENTE CONSTRUÍDO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. DETERMINAÇÃO DE DEMOLIÇÃO. SENTENÇA *EXTRA PETITA*. INDENIZAÇÃO POR DANOS AMBIENTAIS. DESCABIMENTO.

1. É *extra petita* sentença que, em ação civil pública onde o autor (o

Ministério Público Federal) almeja a condenação da ré ao pagamento de indenização por supostos danos ambientais decorrentes de pretensa construção de imóvel em área de preservação ambiental, indefere tal pedido, mas determina a demolição da edificação com posterior remoção dos materiais;

2. Incabível a condenação ao pagamento de indenização, dado que, ao tempo da construção do imóvel, a área em questão não era de preservação ambiental;

3. Ademais, o autor não se desincumbiu de demonstrar a ocorrência efetiva do alegado dano ambiental;

4. Sentença parcialmente anulada (na parte em que foi *extra petita*), de ofício. Remessa oficial improvida" (fl. 510e).

Opostos Embargos de Declaração, foram rejeitados, nos seguintes termos:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL. PRETENSÃO A REJULGAMENTO. IMPOSSIBILIDADE.

1. Os embargos de declaração têm sua abrangência limitada aos casos de omissão, obscuridade, contradição ou erro material;

2. Entendendo haver erro no julgamento, cabe às partes se valerem das vias recursais próprias, uma vez que os embargos declaratórios não constituem meio idôneo para correção de eventual *error in judicando*;

3. Embargos de declaração improvidos" (fl. 525e).

Alega-se, nas razões do Recurso Especial, ofensa ao art. 535 do CPC/73, sob a tese de que, "não obstante a oposição dos Embargos Declaratórios, o Tribunal de origem deixou de se manifestar acerca da alegação de que, "ao contrário do que se afirmou no julgamento da apelação, já era proibido desmatar, construir e ocupar manguezais em 1978, que já tinham, desde 1965, **status** de área de preservação permanente e foi sim formulado pedido de demolição na petição inicial" (fl. 540e).

Requer, ao final, o provimento do Recurso Especial.

Em sede de contrarrazões (fls. 547/565e), a parte recorrida defende a manutenção do acórdão impugnado (fl. 506/511e).

A irresignação merece prosperar.

Na origem, trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal, com o objetivo de que a parte ré fosse condenada a reparar os danos causados por construção realizada em área de preservação permanente.

Julgada procedente, em parte, a demanda, recorreu a ré, tendo sido reformada, em parte, a sentença pelo Tribunal local, para excluir a obrigação de demolição do imóvel, nos seguintes termos:

"Apela a ré de sentença que a condenou a demolir a edificação objeto desta ação, com a posterior remoção dos materiais, ao fundamento de que estaria em área de preservação permanente.

Inicialmente, observa-se que a sentença proferiu julgamento *extra petita*. Na inicial, o Ministério Público não formulou pedido de demolição do imóvel. O que foi requerido foi a condenação da ré ao pagamento de indenização por supostos danos ambientais decorrentes de pretensa construção de imóvel em área de preservação ambiental. O MM. Juízo *a quo* indeferiu o pedido de indenização, mas, consoante dito acima, condenou a ré a promover a demolição do imóvel e a remover os materiais

A sentença, é, portanto, nula nessa parte.

Por seu turno, a condenação da apelante ao pagamento de indenização é incabível, dado que, ao tempo da construção do imóvel, a área em questão não era de preservação ambiental. A apelante afirma que construiu o imóvel há mais de trinta anos, e o Ministério Público não refuta essa afirmação.

Ademais, como bem ressaltado na sentença, o autor não se desincumbiu de demonstrar a ocorrência efetiva do alegado dano ambiental" (fl. 508e).

O IBAMA opôs Embargos Declaratórios, alegando, **in verbis**:

"Com efeito, o respeitável acórdão embargado, deixou de apreciar a relevância, para o deslinde do caso destes autos, circunstâncias de fato, pedidos formulados na inicial, assim como dispositivos do antigo e do novo Código Florestal no que incorreu em omissão na sua fundamentação. Além disso, algumas afirmativas feitas no respeitável acórdão embargado são completamente contraditórios com as petições e discussões travadas nos autos.

Aliás, como todo e máximo respeito, (pois errar é humano!) o descompasso do respeitável acórdão embargado com a realidade e a discussão travada neste processo é tamanho que mais parece que o acórdão diz respeito a algum outro caso, que não o caso dos autos.

Cuidam os autos de ação civil pública impetrada pelo MPF contra a ora recorrida, em virtude de a mesma ter construído uma edificação em manguezal, acidente geográfico que é qualificado tanto pela inicial quanto pelo antigo e pelo atual Código Florestal como área de preservação permanente. O IBAMA, intimado, ingressou no feito como litisconsorte ativo do MPF, já que está, tanto quanto o *Parquet*, autorizado a promover ações civis públicas.

Portanto, a inicial fala de área de preservação permanente e de manguezal. Não se fala de área de preservação ambiental nestes autos. Área de preservação permanente é uma coisa, limitação

administrativa do direito de propriedade. Já área de preservação ambiental ou APA é uma modalidade de Unidade de Conservação, tal como é o caso, também, dos Parques Nacionais.

A leitura apenas da primeira página da exordial, na folha 03 dos autos, já esclarece esse fato.

Como é óbvio, um mangue é um mangue desde o momento em que o mundo é mundo, pelo menos na configuração atual do mundo. Portanto, os manguezais são o que são há muitos milhares de anos, antes mesmo de os homens caminharem sobre a face da Terra.

Por sua vez, o antigo Código Florestal (lei 4771/65) estabelece, desde o ano de 1965, que os manguezais são áreas de preservação permanente, e, nessa condição, solo não edificante, destinados, por lei, à manutenção da cobertura vegetal nativa.

Já a barraca da parte recorrida foi construída, segundo informa esta mesma, e segundo registra o respeitável acórdão recorrido, no ano de 1978. Portanto, quando foi construída a edificação pela recorrida, a mesma jamais poderia alegar ignorar o Código Florestal. Ignorantia legis neminen excusat. A barraca foi construída sobre solo não edificante.

O respeitável acórdão recorrido, contudo, fala em área de preservação ambiental, e diz que, quando da construção, o local não teria essa natureza. Com o devido respeito, não se compreende porque o acórdão embargado fala de área de preservação ambiental, quando na inicial se fala que o problema da construção contestada é ter sido edificada em área de preservação permanente. E quando esse status jurídico de APP preexistia à construção, desde o ano de 1965. Há, portanto, clara obscuridade do acórdão embargado, neste ponto.

Mas não é tudo. **O acórdão embargado afirma que supostamente não teria sido pedida a demolição da construção e, por esse motivo, anulou a sentença condenatória que determinou essa mesma demolição.**

Sucedede que, mais uma vez com o devido respeito, a inicial pede sim a demolição da edificação, e o faz nos termos seguintes, constantes da folha 05 dos autos:

'Diante do exposto, requer-se o seguinte:

i - a demolição da construção em solo não edificável'

Assim, o respeitável acórdão, neste ponto, incorreu em omissão, pois deixou de apreciar o mérito de pedido formulado nos autos, em contradição, pois o mesmo acórdão é contraditório com todos os demais documentos dos autos, bem como em obscuridade, pois a afirmativa de que o pedido de demolição não foi formulado causa perplexidade absoluta, diante dos termos do pedido acima transcrito. Há, evidentemente, erro material, no respeitável acórdão embargado.

O mérito do pedido de demolição efetivamente formulado não foi apreciado" (fls. 516/517e).

No julgamento dos referidos Embargos, a Corte **a quo** concluiu que:

"Conforme se depreende dos argumentos, aduzidos nas razões dos embargos, resta clara a intenção da parte embargante de modificar o julgado - que entende ter sido proferido de forma equivocada.

Os embargos de declaração previstos nos artigos 535 a 538 do Código de Processo Civil, com a redação que lhes foi dada pela Lei nº 8.950, de 13 de dezembro de 1994, têm sua abrangência limitada aos casos em que haja obscuridade, contradição ou omissão na decisão, e, ainda, por construção pretoriana integrativa, quando haja erro material.

Por maior que seja a elasticidade reconhecida aos embargos de declaração, não se justifica, sob pena de grave disfunção jurídico processual dessa modalidade de recurso, a sua inadequada utilização com o propósito de questionar a correção do julgado e obter, em consequência, a sua desconstituição.

Concluindo pela existência de erro no julgamento, deve a parte utilizar-se da via recursal cabível, eis que o remédio em apreço não se presta a isso" (fl. 523e).

Desse modo, vê-se que os Embargos de Declaração foram rejeitados, sem que as questões suscitadas pela parte recorrente fossem efetivamente apreciadas.

Assim, não tendo o Tribunal de origem emitido juízo de valor sobre os pontos omissos, tem razão o recorrente, quando alega a existência de omissão no acórdão impugnado, tendo em vista que a questão sobre a qual a Corte de origem não se pronunciou é relevante e tem o condão, caso seja procedente, de alterar o julgamento, e, por conseguinte, a solução inicialmente dada à controvérsia.

Destarte, resta configurada a violação ao art. 535, II, do CPC/73, e, assim, a negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, REsp 1.421.705/CE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 18/02/2014; REsp 900.238/BA, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, DJU de 07/05/2007; REsp 1.512.047/PE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 30/06/2015.

Ante o exposto, reconsidero a decisão de fls. 580/582e. Por conseguinte, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, dou **provimento** ao Recurso Especial, para anular o acórdão dos Embargos de Declaração, a fim de anular o acórdão que julgou os Embargos Declaratórios, determinando o retorno dos autos à origem, para novo julgamento, sanando-se a omissão indicada.

I.

Brasília (DF), 1º de abril de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora

